

Nota de Pesquisa

Formas de apropriação do ambiente do Cerrado por quilombolas em Goiás: um estudo de caso sobre as comunidades Engenho II e Cedro¹

Appropriation of the Cerrado environment in Goiás by quilombolas: study case of the Cedro end Engenho II communities

Las formas de apropiación del medio ambiente de la región del Cerrado en Goiás por quilombolas: estudio de caso de las comunidades Cedro e Engenho II

Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira
Universidade Federal de Goiás
jorgeannyf@hotmail.com

Resumo

Este texto apresenta algumas reflexões sobre a apropriação e relação de duas comunidades quilombolas de Goiás com o ambiente do cerrado. Na comunidade quilombola Kalunga no Engenho II, a atividade turística é uma das formas de apropriação, enquanto a Comunidade Cedro apropria-se do ambiente sob o viés da produção artesanal com plantas e raízes típicas do cerrado. Serão analisadas essas duas perspectivas, tendo como categoria de análise o território. Algumas observações acerca de como essa exploração acontece serão levantadas, contribuindo para a discussão sobre o desenvolvimento do turismo no Engenho II e a produção artesanal ligada ao comércio na comunidade do Cedro. A discussão se pautará ainda, nas

¹ Texto elaborado a partir das observações em Pesquisas de Campo realizadas nas comunidades de remanescentes de quilombolas Cedro em Mineiros – Goiás e Engenho II em Cavalcante – Goiás nos meses de Abril e Julho de 2011, respectivamente. O primeiro campo trata-se de pesquisa de campo realizada por estudantes e professores da disciplina Ambiente e Ocupação da Região do Cerrado ministrada no Mestrado e Doutorado em Geografia pelo Programa de Pós Graduação do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). O segundo campo refere-se ao projeto de pesquisa em Mestrado intitulado Territorialidades e Paisagens Culturais no Espaço Festivo dos Kalunga do Engenho II em Cavalcante – Goiás.

possibilidades de desenvolvimento econômico para o território quilombola, levando em conta a valorização da cultura e modo de vida da população local.

Palavras - Chave: Quilombolas, Turismo, Cultura Local, Cerrado.

Abstract

This paper presents some considerations to ownership and relation of two communities of Goiás with of the Cerrado. In Kalunga community of the Engenho II, the tourism is one of the forms of ownership, while the Cedro Community ownership of the environment from the perspective of craft production with typical of the Cerrado plants and roots. These two perspectives will be analyzed, for territory category. Will be raised are some observations about how this exploration takes place, contributing to the discussion of the development tourism in the Engenho II and handmade production for the trade in the Cedro community. The discussion will, on opportunities for development economic for the territory quilombola, taking the appreciation of culture and way of local life.

KeyWords: Quilombolas, Tourism, Local Culture, Cerrado.

Resumén

Este artículo presenta algunas consideraciones relacionadas con la propiedad y la relación de comunidades de quilombolas de Goiás con el medio ambiente de lo Cerrado. En quilombo Kalunga en el Engenho II, el turismo es una de las formas de apropiación. Como que la propiedad de la Comunidad Cedro del medio ambiente desde la perspectiva de la producción artesanal con las plantas y las raíces típicas del Cerrado. Estas dos perspectivas será analizada, y la categoría de análisis del territorio. Algunas observaciones acerca de cómo se lleva a cabo esta exploración se incrementará, lo que contribuye a la discusión sobre el desarrollo del turismo en la Engenho II y la producción artesanal vinculada al comercio de la comunidad de Cedro. Los debates tendrán lugar en la línea, sin embargo, en las oportunidades de desarrollo económico para el territorio quilombola, teniendo en cuenta la apreciación de la cultura y forma de vida de la población local.

Palabras Claves: Quilombolas, Turismo, Cultura Local, Cerrado.

Introdução

Esse texto apresenta algumas reflexões sobre a apropriação do ambiente do cerrado por duas comunidades quilombolas em Goiás, sendo que uma delas localiza-se no nordeste goiano, no município de Cavalcante; a outra está situada no sudoeste do estado, no município de Mineiros. Discorreremos sobre o uso e a apropriação do ambiente cerrado por essas comunidades.

O Bioma Cerrado, considerado como tal em virtude de sua fisionomia, fitofisionomia e biodiversidade, possuía originalmente uma área de 2 milhões de quilômetros, e abrange “todo o estado de Goiás e Distrito Federal, a maior parte do Tocantins e do Mato Grosso do Sul, as partes

central e sul do Mato Grosso e do Maranhão, o oeste da Bahia e de Minas Gerais, o noroeste de São Paulo, partes do Piauí e uma faixa no estado de Rondônia” (OLIVEIRA, 2005, p. 180). Atualmente, essas áreas apresentam uso e ocupação que comprometem a preservação de sua vegetação e biodiversidade.

Oliveira explica que “o cerrado goiano apresenta em sua fitofisionomia, variações que vão de formas florestadas (cerradão) até formações campestres (campo limpo e campo sujo)” (2005, p. 181). No entanto, essas áreas não são bem definidas, em virtude do processo de ocupação e exploração do território.

A pecuária foi o principal fator de modificação da paisagem do cerrado, responsável por ampliar o desmatamento das áreas naturais. Já o uso do solo para a agricultura é um processo recente dentro do contexto goiano, mas que também exige a ampliação do desmatamento.

Com a expansão das áreas agrícolas surgiam as cidades, e foi nos chapadões que surgiram os primeiros núcleos urbanos marcados pela disputa ao “acesso à água e às terras de melhor qualidade para a agricultura tradicional, agora em boa parte irrigada, e de pequenas dimensões” (TEIXEIRA NETO, 2008, p. 240).

Atualmente, o cerrado goiano mantém grande representatividade no cenário econômico brasileiro devido à expansão das fronteiras agrícolas. Além disso, o cerrado têm-se tornado o reduto de indústrias, mineradoras e usinas produtoras de álcool. Com a apropriação do território goiano pela tecnologia e mercado,

“[...] as pessoas deixaram o campo para superpovoar as cidades. Praticamente desapareceram economias locais – sem salvaguardas – e, com elas, também muitos aspectos sociais e culturais que faziam as diversidades locais e regionais” (TEIXEIRA NETO, 2008, p. 250).

Nessa perspectiva, o território goiano tem-se se tornado palco para as práticas ligadas ao capital, comprometendo a vegetação do cerrado, que se reduz drasticamente, para responder as necessidades da economia nacional. Em decorrência, o homem do campo se vê expulso das pequenas propriedades, migrando para as cidades. Em muitos casos, os antigos moradores do meio rural tornam-se boias frias e/ou trabalhadores assalariados na produção de cana-de-açúcar ou soja. São sujeitos invisíveis na lógica do capital, mas que representam a identidade cerradeira e que mantém vínculos com o território de vivência.

Compreendemos o território como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Já a relação de apropriação e pertencimento com o território “[...] efetivam-se nas relações com a terra, na família, com os vizinhos, na comunidade e com sujeitos da cidade” (SAQUET, 2011, p. 36). No contexto produtivo e econômico, esses laços se rompem com a desterritorialização. Para Saquet (2011), um dos elementos fundamentais na formação de territórios é a identidade.

Assim sendo, analisamos duas comunidades tradicionais, que se opõe a essa nova configuração do território goiano e que mantém o vínculo e relação de pertencimento com o Cerrado. Essas sociedades resistem aos mecanismos implantados pelo capitalismo e sobrevivem por meio das práticas tradicionais.

Com base nas observações em duas comunidades quilombolas no território goiano, desenvolvemos alguns questionamentos que norteiam nossa reflexão: De que forma esses sujeitos transmitem seus saberes e conhecimentos, ao mesmo tempo em que preservam a biodiversidade da região? Como acontece a apropriação do Cerrado a partir dos saberes tradicionais, e de que forma (re) inventam e (re) significam essa apropriação?

A partir da revisão bibliográfica sobre o tema proposto e pesquisas de campo nas comunidades quilombolas – Engenho II em Cavalcante e Cedro em Mineiros – nos meses Abril e Julho de 2011, desenvolvemos alguns apontamentos sobre a apropriação do Cerrado pelas populações tradicionais em Goiás. O texto está subdividido em duas partes, sendo que a primeira contextualiza o processo de ocupação e formação territorial dos quilombos em Goiás e a segunda trata da relação e apropriação dos remanescentes de quilombolas nos ambientes do Cerrado.

Contexto histórico e social das comunidades quilombolas em Goiás

A escravidão no Brasil, a partir do século XVI, propôs um modelo de divisão do trabalho severamente cruel. Até o século XVIII, quando acaba o regime escravocrata no país, negros africanos eram contrabandeados e chegavam ao Brasil em navios de tráfico negreiro. A mão de obra negra era explorada em trabalhos domésticos, rurais e garimpos. A agricultura e pecuária eram atividades secundárias, voltada para a subsistência e transporte de carga.

Em Goiás, a presença do escravo negro surge em decorrência da mineração. O trabalho árduo, os maus tratos e a violência a que eram

submetidos geravam revoltas e resistência em forma de “guerrilhas, nas insurreições urbanas, nas constantes fugas para locais de difícil acesso, onde organizavam os mocambos ou quilombos” (RASSI, 2001, p. 64). Os lugares em que os negros fugitivos se instalavam, geralmente eram fundos de vale, serras e morros. Os quilombos representavam, para os negros africanos, resistência e um sistema social próprio.

Durante e após a escravidão no Brasil, às comunidades quilombolas se espalharam pelo país, em estados como Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Acre e Roraima. Com a abolição da escravidão, os escravos libertos foram atirados em uma sociedade a qual não os acolhiam e não os ofereciam sequer condições de sobrevivência.

Esses espaços ocupados pelos negros tornaram-se territórios de resistência, reprodução da cultura, dos saberes e das práticas sociais. Atualmente, os quilombos são reconhecidos como comunidades negras, prioritariamente estabelecidas na zona rural e por manterem forte relação com o passado, evidenciada por meio da reprodução das manifestações culturais.

Os remanescentes de quilombolas em Goiás sofrem com alguns entraves como à disputa por suas terras, o direito por serviços básicos de saúde e educação e pela autonomia local. De acordo com a Fundação Cultural Palmares - órgão do Ministério da Cultura responsável pela preservação cultural da identidade quilombola - existem em Goiás 22 comunidades quilombolas, somando 1622 famílias já certificadas por essa Fundação.

O decreto 4887/2003 regulamenta a identificação e reconhecimento dos remanescentes de quilombolas, delimita e demarca as terras ocupadas por eles estabelecendo assim, territorialidade e identidade no espaço marcado por luta. Tal decreto define ainda, que os quilombolas são todos aqueles que assim se auto-atribui e que possua relação territorial com as comunidades habitadas por descendentes de escravos.

As terras, ocupadas por esse grupo social, eram quase sempre adquiridas a partir de doação ou por meio da compra nos arredores de quilombos. Desse modo, havia possibilidades de doação, herança, compra ou pagamento de terras a negros que escolheram um modo de vida próprio, baseado no uso familiar e/ou coletivo da terra.

Todavia, os quilombos não eram ocupados apenas por negros escravizados, mas também por fugitivos da justiça, caixeiros viajantes e outros grupos que optavam pela vida no campo e pela atividade agrícola

(MARINHO, 2008). Dessa forma, as comunidades quilombolas no estado de Goiás apresentam diversidade cultural, além de belas paisagens naturais como as comunidades localizadas no nordeste e sudoeste goiano.

A comunidade quilombola Cedro localizada no município de Mineiros está em fase de identificação e delimitação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário a comunidade conta com 33 famílias que vivem da agricultura familiar.

A comunidade Engenho II em Cavalcante – Goiás é uma das áreas já demarcadas e delimitadas pelo INCRA. A comunidade é habitada por 100 famílias as quais também vivem da agricultura familiar, mas também se apropriam do turismo como uma opção de geração de renda.

A relação dos quilombolas com o ambiente do cerrado

Os Kalunga, como são chamados os quilombolas do nordeste de Goiás, tem sua comunidade localizada cerca de 400 km de Brasília-DF e 600 km de Goiânia. No espaço habitado predomina os vãos, serras e morros, depressões e vales estreitos, com a presença de rios e uma vegetação típica do cerrado “*stricto sensu*”, pois “apresenta maior densidade de árvores em relação às formas arbustivas e herbáceas, [...] com altura média variando entre 3 e 8 metros” (OLIVEIRA, 2005, 184).

Esse espaço como informa Almeida (2010, p. 3), é conhecido como “Vãos da Serra Geral, parte ocupado pelo vale do Rio Paranã e seus afluentes, às bordas da Chapada dos Veadeiros na qual se encontra o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros”.

Apesar, de séculos de ocupação pelos quilombolas, esta área só foi reconhecida como uma reserva pertencente aos Kalunga em 1988, pelo artigo 16 da Constituição Estadual. O Sítio Histórico do Patrimônio Cultural Kalunga foi criado três anos mais tarde, pela Lei Estadual Complementar 11.409.

Os Kalunga vivem da agricultura familiar, vendendo o excedente de sua colheita no centro urbano. As culturas mais comuns são: mandioca, abóbora, arroz, feijão, milho, banana e fumo. A mandioca é destinada à fabricação da farinha que é comercializada no centro urbano de Cavalcante.

O turismo é uma atividade secundária e que gera renda complementar para as famílias do Engenho II. A atividade turística em comunidades rurais tem-se tornado cada vez mais frequente e deve-se a idealização do contato com o meio natural e bucólico. As paisagens

simbólicas e cultural dessas áreas proporcionam o contato do turista com as atividades simples do campo, como a fabricação de alimentos com frutos e legumes colhidos nas roças e as celebrações religiosas que acontecem nesses lugares.

A comunidade Cedro localizada em Mineiros - Goiás se apropria de frutos, plantas e raízes medicinais do cerrado para a geração de renda. A comunidade já possui o Centro Comunitário de Plantas Medicinais do Cedro e o Laboratório de Plantas Medicinais. Além dos atrativos ligados a produção de medicamentos fitoterápicos, a comunidade também tem sido alvo de visitação turística, em virtude do potencial da bela paisagem rural e a proximidade com o Parque Nacional das Emas.

O conceito de Turismo Rural adotado pelo Ministério do Turismo, “fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade” (BRASIL, 2009, p. 313). Ademais, as transformações nas relações de produção e trabalho no meio rural, dificulta a relação do campesino ao modo de vida tradicional.

A modernização na agricultura, a monocultura em grandes propriedades de terras, quase sempre ligadas a grandes indústrias com investimentos internacionais, inviabiliza as técnicas empregadas nas pequenas propriedades rurais. Em decorrência, fenômenos como o êxodo rural, principalmente dos mais jovens em busca de melhores condições de vida, é comum em Goiás.

O turismo surge como uma alternativa para abrandar essas transformações, contribuindo com a complementação da renda familiar, (re) significando os valores e costumes dessas comunidades e fortalecendo os laços desses indivíduos com o território. Haesbaert (1997, p. 39) esclarece que o território também pode ser entendido “como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço”. Dessa forma, entendemos as formas simbólicas e subjetivas de apropriação do território, para tratar o tema do turismo e produção em comunidades quilombolas.

Na perspectiva do turismo em remanescentes de quilombolas, essa atividade além de contribuir para a diversificação da oferta para o turismo, abranda fluxos migratórios do campo para a cidade, contribui para a conservação dos recursos naturais, incentiva a geração de novas oportunidades de trabalho e a valoriza as práticas rurais, tanto sociais como de trabalho.

Os atrativos turísticos dessas comunidades não se esgotam aqueles já mencionados. Os remanescentes de quilombolas são considerados uma

população tradicional, cujas manifestações culturais e religiosas configuram práticas de relações históricas que foram estabelecidas com o lugar de vivência, e esses hábitos são aspectos que também permitem que o grupo mantenha sua relação de pertencimento com o território.

Essas manifestações evidenciam a identidade territorial, uma vez que “ela recorre a uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência ‘condense’ a memória do grupo” (HAESBAERT, 1999, p. 180). Desse modo, o processo de construção da identidade territorial da comunidade se dá também com a (re) significação de suas tradições. As práticas religiosas, de trabalho, as festas, a forma de lidar com o campo e de passar esses saberes de geração em geração expressam a ligação dessas comunidades com as tradições locais.

Os turistas que buscam pelos atrativos naturais são tentados a participar das manifestações culturais e observar a produção nas comunidades. No Engenho II a relação com o espaço de vivência e do cotidiano dos moradores podem ser apreendidas pelos turistas, uma vez que existem 70 guias locais, Kalunga e moradores da comunidade, para acompanhar os visitantes em seus passeios pelas trilhas, a Serra, aos rios e as cachoeiras.

Nesses roteiros os condutores locais apresentam o território quilombola e contam sobre seu modo de vida e as lendas contadas pelos mais velhos acerca do surgimento do quilombo. Cada guia cobra R\$ 50,00 para conduzir um grupo de até seis pessoas. Esses condutores são de ambos os sexos e variam de 18 à 35 anos de idade. São moradores que encontraram no turismo uma forma de não abandonar o Engenho II, em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades.

A Arte do “Saber Fazer” nas comunidades

As comunidades de remanescentes quilombolas Engenho II e Cedro estão localizadas em áreas de grandes belezas naturais, possuem extenso calendário de manifestações culturais e produzem alimentos e medicamentos a base de plantas do cerrado.

No Engenho II, os alimentos e parte das vestimentas utilizadas pelos moradores são produzidos pela própria comunidade local. Dona G. (dona de casa, Kalunga) relata que, muitas vezes o sabão também é produzido pelas mulheres do local. As festas são realizadas com a contribuição dos moradores, não há financiamento ou auxílio da prefeitura ou do comércio local.

Essas características da cultura e tradições na comunidade têm agregado valor à atividade turística. E esse processo de apropriação da cultura para o desenvolvimento do turismo local pode evitar a concentração de renda dessa atividade em alguns municípios da região, o que pode excluir as populações tradicionais dos benefícios advindos do turismo.

A prática do turismo rural, ecológico e cultural promove a (re) afirmação dos valores e costumes dos quilombolas e resgata “a autoestima do homem do campo, pois a valorização da identidade cultural no meio rural é incentivada pela presença dos turistas urbanos, estimulando a produção e desenvolvimento local” (BLANCO, 2009, p. 350).

As discussões de alguns autores salientam a importância da presença de turistas em algumas comunidades rurais. No entanto, é necessário refletir sobre os meios que garantem a exploração da atividade turística, de forma a evitar a degradação ambiental e o impacto cultural nessas populações, que vivem em áreas onde a vegetação do Cerrado encontra-se ainda preservada.

Em dias de festas, por exemplo, percebe-se um aumento de lixo (latas de cerveja, plástico, papel e garrafas de vidro) no Engenho II. Não há coleta desse material, que é queimado por iniciativa dos próprios encarregados das festas. Muitos moradores reclamam dessa atitude, mas concordam que não existe outra opção, já que não há um serviço da prefeitura para remover o material descartado.

Essas atitudes não acontecem apenas nos dias de festas, alguns condutores de turismo comentaram que plásticos e latas são deixados no entorno das cachoeiras e das trilhas após os feriados. Esses indivíduos, muitas vezes, não conseguem controlar o que os turistas descartam próximo aos atrativos. Como a comunidade comercializa bebidas e alimentos, esse controle fica ainda mais difícil.

A venda desses produtos é um elemento importante para o desenvolvimento do turismo rural, mas que sem orientação os moradores não se atentam para o risco de degradação e comprometimento do atrativo. Marafon e Ribeiro (2006, p. 119) faz uma alerta sobre o que falta para o desenvolvimento do turismo no meio rural. Para os autores é fundamental “o envolvimento de órgãos como a Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), bem como o governo estadual e municipal para a orientação do desenvolvimento de artesanato e doces caseiros” e também com os cuidados que devem ser tomados para evitar o comprometimento da biodiversidade da região.

Denardin e Sulzbach (2010, p. 220), reforçam a importância do incentivo na produção e comercialização de produtos típicos de uma

comunidade, ao destacarem o crescimento da procura por produtos de identidade territorial. Para esses autores, os produtos produzidos no campo a partir da agricultura familiar permitem a esses trabalhadores “uma renda diferencial: uma renda de qualidade territorial”. Os autores citam exemplos de produtos com identidade territorial, que podem ser materiais ou imateriais. Para eles “um queijo produzido artesanalmente em determinado território é um bem”, da mesma forma que também pode ser considerado um produto com qualidade territorial “um grupo folclórico [...], uma igreja ou gruta” que são símbolos que identificam o território.

Tanto os quilombolas do Engenho II, como do Cedro produzem artesanalmente produtos com potencial para o comércio. No Engenho II a produção é voltada para a farinha de mandioca, doces de frutas típicas do cerrado, rapadura, cachaça, bijuterias, casacos, cachecóis fabricados em teares *etc.* F.R. (artesão, agricultor, Kalunga), proprietário de um pequeno alambique conta sobre seu desejo em aumentar sua produtividade, mas não tem capital suficiente para investir em folders ou cartazes para divulgar a cachaça produzida por ele e seus dois filhos.

Na comunidade Cedro há a manipulação de plantas medicinais para a produção de medicamentos fitoterápicos. Algumas plantas manipuladas no Laboratório da comunidade são: Alcafor, Alfavaca, Sangra D'Água, Limão, Pata de Vaca, Pau-Doce, Fedegoso, Carapiá, Assa-Peixe, Baru, Cajuzinho do Mato, Carqueja, Boldo, Santa Bárbara, Manacá, Gengibre, Girassol, Hortelã, Arruda, Açafraão, Eucalipto, Barbatimão e Acariçoba, A produção e comercialização desses materiais, ao mesmo tempo em que são considerados atrativos turísticos, possuem qualidade territorial.

Não obstante, existem impactos negativos e que impedem o desenvolvimento e aceitação da atividade turística nessas comunidades. No Engenho II, por exemplo, alguns moradores argumentam que não se sentem à vontade com a presença dos visitantes porque modificam sua rotina, aumenta o barulho e movimento de pessoas na no local e não veem no turismo uma oportunidade para todos. Muitos relatam que algumas famílias melhoraram a renda familiar com a exploração do turismo enquanto muitas não obtiveram sucesso. F. R. (guia de turismo, Kalunga) afirma que os líderes locais ou aqueles que estão envolvidos com a política local se inserem melhor nessa nova atividade econômica.

Portanto, essa nova prática econômica ainda não é benéfica a toda comunidade. Muitos continuam a margem desse processo de inovação da economia no território Kalunga. A orientação e capacitação desses moradores podem inseri-los na atividade turística, de modo que seus saberes sejam capazes de gerar complementação da renda familiar. A participação de

órgãos ligados à agricultura, turismo e educação é importante para a capacitação e conscientização da população sobre a relevância do envolvimento de todos os moradores.

Nesse sentido, as possibilidades do turismo no território Kalunga podem contribuir para amenizar conflitos de ordem social e econômico, como desemprego, o êxodo rural, a debilidade de infraestrutura e serviços básicos. Ademais, a atividade turística em comunidades de remanescentes de quilombolas pode acarretar o fortalecimento de laços tanto com o território ocupado pela população, como com os costumes e valores ligados ao trabalho rural – devido à valorização dessa atividade - e as suas manifestações culturais, que só podem ser transmitidos aos “de fora” pelos quilombolas.

Considerações Finais

O Engenho II é constituído por moradias simples, mas já têm aderido à prática de alugar seus quintais ou cômodos de suas casas para turistas. Muitos jovens exercem trabalhos ligados ao turismo, como a condução dentro do território Kalunga. Enquanto isso, algumas práticas são esquecidas por falta de incentivo como a fabricação de painéis de barro, peneiras de folhas dos buritizeiros e tipos variados.

No Cedro, a produção artesanal de medicamentos fitoterápicos contribui para a geração de renda para a população local, bem como com a inserção dos jovens a uma atividade remunerada, evitando assim o fluxo migratório campo-cidade. A população mostra-se organizada e empenhada nessa atividade. É por meio da tradição e oralidade que os saberes populares são transmitidos aos mais jovens.

A produção e relação dos quilombolas com o ambiente do cerrado desperta o interesse de moradores do centro urbano para o turismo, que deve ser visto pelas autoridades locais como uma forma de manter os quilombolas em suas terras. Essa atividade pode tornar-se uma estratégia capaz de simbolizar a ruptura desse povo com os sistemas hegemônicos do mercado turístico, que não permitem a participação dos agricultores aos recursos provenientes dos atrativos explorados em suas terras.

Alguns Kalunga do Engenho, por exemplo, manifestam o desejo do desenvolvimento turístico na região, pois veem nessa atividade um meio de permanecer no território. Muitos jovens, que trabalham como condutores de turistas voltaram de cidades como Brasília e Goiânia, pois não conseguiram identificar-se ou adaptar-se a rotina dessas metrópoles. A relação de

pertencimento com o território Kalunga é forte e preponderante para que muitos resistam ao desemprego e a precariedade de infraestrutura na região.

Assim sendo, o desenvolvimento do turismo rural, étnico e cultural no território de quilombolas, pode ser uma oportunidade para o desenvolvimento territorial a partir da apropriação de recursos específicos, tanto materiais como imateriais presentes na própria comunidade.

Cabe a população, criar mecanismos institucionais e coletivos capazes de regular o emprego dos recursos e a apropriação dos benefícios locais para o desenvolvimento da atividade turística. A organização social deve ser uma estratégia estabelecida pelos próprios moradores, no sentido de administrar os recursos advindos da prática turística no território, bem como difundir e sensibilizar toda a população local acerca das possibilidades para o desenvolvimento social a partir da exploração dos potenciais naturais e culturais da região.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda. **Território de Quilombolas**: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. Revista Ateliê Geográfico – Edição Especial. V. 1, n. 9, fev 2010, p. 36-63.

BLANCO, Enrique Sergio. O Turismo Rural em Áreas de Agricultura Familiar: as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008. 53 p.

BRASIL, Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas do Turismo. **Estruturação do produto turístico** \ Ministério do Turismo. Florianópolis: SEAD\UFSC, 2009.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Regularização de comunidades quilombolas é discutida em Goiás. **In Portal de Notícias**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=3579896, Acesso em 25 de Março de 2012.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano. O agroturismo como fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

DENARDIN, Valdir Frigo; SULZABACH, Mayra Taiza. Produtos com Identidade Territorial : o caso da farinha de mandioca no Litoral Paranaense. In SAQUET,

Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves (Orgs). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUF, 1997.

MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**. N. 18-19, jan.-dez. 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Cultural Palmares. Disponível em <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em 14 de Outubro de 2010.

MOLETTA, Vania Florentino. Turismo Rural. In: **Série Desenvolvendo o Turismo**. Vol. 6. Porto Alegre: SABRAE/RS, 2002.

OLIVEIRA, Ivanilton José. Os chapadões de (s) cerrados: a vegetação, o relevo e o uso das terras em Goiás e no Distrito Federal. In ALMEIDA, Maria Geralda (Org). **Tantos Cerrados: Múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

RASSI, Sarah Taleb; MOLINA, Suely; AMADO, Lúcia. **O Brasil Também é Negro**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

TEIXEIRA NETO, Antônio. O território goiano-tocatinense no contexto do Cerrado. In: GOMES, Orieste (Coord.). **Universo do Cerrado**. Goiânia, Ed da UCG, 2008. Vol. I. p. 232-270. 285p.

Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira

Graduada em Planejamento Turístico pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, mestre e doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.
jorgeannyf@hotmail.com

Recebido para publicação em abril de 2012
Aprovado para publicação em novembro de 2012